



COMUNICAÇÃO NO TERCEIRO SETOR: TENDÊNCIAS E DESAFIOS

Gardene Leão de Castro

Maria Luisa Martins de Mendonça*

UFG

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa que vem sendo realizada em três instituições do terceiro setor em Goiânia, Goiás. O objetivo é avaliar de que forma a “profissionalização” do setor e sua repercussão nos processos comunicativos têm sido realizados levando-se em conta, especialmente, a contribuição da comunicação para a promoção de uma cultura de emancipação. Considera-se que o espaço ocupado por estas instituições é extremamente importante e deveria ser utilizado para promover mudanças subjetivas necessárias para que novas e mais amplas concepções de cidadania e de emancipação sejam compreendidas, assimiladas e efetivadas.

Palavras-chave: comunicação, subjetividade, terceiro setor

Apresentação

Este trabalho é resultado parcial de uma pesquisa que vem sendo realizada, desde o ano de 2000, sobre as práticas comunicativas encontradas em organizações do terceiro setor. A pesquisa foi concebida procurando identificar basicamente duas formas de ação: em primeiro lugar, conhecer como as organizações estão respondendo à necessidade de “profissionalização” dos seus quadros e, mais especificamente, qual o papel que a comunicação desempenha, efetivamente, em entidades e organizações que, em seu trabalho, se comprometem com algum tipo de transformação social, seja de idéias, comportamentos, práticas, ou mesmo de concepções de vida ou da cultura.

Ao longo de 2002, e como parte integrante de um projeto de pesquisa mais abrangente, foi realizado um trabalho de conclusão de curso na ong goiana Transas do Corpo que lida com

* Respectivamente Relações Públicas e pós-graduanda em Assessoria em Comunicação e Doutora em Comunicação e professora na Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás



questões de gênero. Neste trabalho, procurou-se avaliar as práticas comunicativas da organização com os seus diferentes públicos em função de sua adequação tanto aos objetivos da instituição quanto à possibilidade de sedimentação de elementos de uma nova cultura.

Outra instituição em que se pôde avaliar as mesmas questões foi a Fundação Pró Cerrado, entidade que incorpora como um dos objetivos principais a educação para a proteção ambiental.

Finalmente, avaliou-se o material produzido pelo MNMMR - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Resta esclarecer que as investigações ainda estão em andamento e novas entrevistas com indivíduos que trabalham e, em alguns casos, que foram ou são assistidas pelas organizações ainda devem ser realizadas.

Neste primeiro momento, com exceção do grupo Transas do Corpo, em que foi realizado um trabalho mais extenso, a análise se restringiu ao levantamento e avaliação do material de divulgação produzido pelas organizações. Uma descrição um pouco mais detalhada de cada uma dessas entidades será oferecida mais adiante.

I. Antecedentes

Em artigos anteriores, alguns deles apresentados por mim em congressos da Intercom, foi exposta a preocupação sobre a forma como parecia estar se encaminhando a “profissionalização” de instituições do terceiro setor. A partir da investigação sobre o que era oferecido na Internet para a qualificação profissional destes trabalhadores, pôde-se perceber a tendência à adoção de técnicas administrativas influenciadas pela mentalidade empresarial presente na maioria dos livros e cursos recomendados. De uma perspectiva que percebe a atuação do terceiro setor como fundamental para a organização e encaminhamento de demandas sociais de variados tipos e preocupadas com o exercício de práticas efetivamente mais democráticas e, de alguma forma culturalmente contra-hegemônicas, esta tendência poderia ser percebida como nociva.

Compreende-se que a expansão do terceiro setor, tal como aconteceu nas últimas décadas no Brasil, tenha acarretado uma grande diversificação das organizações que o compõem, tanto no que diz respeito à temática abordada quanto às formas de atuação. Para



além da distinção que Maria da Glória Gohn¹ propõe, entre ong's militantes (com maior grau de comprometimento ideológico) e propositivas (mais interessadas no desenvolvimento de ações pontuais); pode-se afirmar, hoje, que existem, no amplo universo do terceiro setor, instituições que se identificam com interesses particulares, com interesses empresariais com aparência social, com filantropia pura e simples entre tantas outras causas sociais possíveis.

Mas, o que interessa neste universo é encontrar aquelas entidades que, ao menos no plano das intenções explícitas², propõem intervenções que superam o alcance das ações meramente filantrópicas, pontuais ou compensatórias. As três instituições objetos de estudo foram escolhidas com base no reconhecimento social que obtêm na sociedade goiana e por apresentarem explicitamente, em seus estatutos e documentos de criação, compromissos com a transformação social.

Diversos estudos sobre os movimentos sociais, sobre as diferentes formas de organização das demandas de setores da sociedade, sobre as conquistas de direitos apontam, quando preocupados em identificar os caminhos para a emancipação social, para a necessidade de se conseguir transformações no interior mesmo da cultura.

Ao observar, ainda que superficialmente, o histórico das lutas emancipatórias percebe-se que, desde a eclosão de movimentos setoriais, como o movimento feminista, os movimentos étnicos, os ambientalistas, a necessidade de se ampliar o espaço político para além das instituições formais, pois outros atores coletivos, que não o proletariado, entraram em cena. A politização do cotidiano e da vida privada, consequência de demandas de movimentos que tratavam da democratização das relações sociais e familiares, trouxe o campo da cultura para o centro dos embates, pois é também por meio da cultura que se reproduzem e se sedimentam as hierarquias e as desigualdades. Para Boaventura de Sousa Santos, "a cultura é, na era do capitalismo global, o espaço privilegiado de articulação da reprodução das relações sociais capitalistas e do antagonismo a elas... o campo em que as contradições políticas e econômicas são articuladas"³.

Incluir a cultura significa atentar para a importância das lutas simbólicas nos processos de manutenção e de contestação das matrizes culturais hegemônicas. É também no campo

¹ Maria da Glória Gohn. Teoria dos movimentos sociais.

² Consideram-se intenções explícitas os objetivos descritos nos documentos das instituições.

³ Boaventura Sousa Santos. Reconhecer para libertar. p 33.



cultural que se podem propor novas alternativas às relações sociais, outras matrizes culturais em que outra subjetividade possa se constituir.

Dessa maneira, o encaminhamento das demandas não pode se esgotar no plano das conquistas materiais ou legais. Ainda que necessárias, estas são parte de um primeiro movimento que não deverá ser interrompido até que se alcancem os objetivos menos imediatos, como a incorporação, no cotidiano dos indivíduos, de valores identificados com equidade, solidariedade e emancipação.

Na verdade, o que estes movimentos representam (ou deveriam representar) é uma versão contra-hegemônica da cultura. Para se posicionarem desta forma é preciso que sua intervenção aconteça também no plano simbólico, no terreno das significações sociais. Apenas dessa forma, se poderá contribuir para a construção de valores mais condizentes com os princípios de equidade e de liberdade. E para isso, é necessária uma intervenção decisiva no âmbito dos processos discursivos, todos eles repletos de significação e que de atuam na atribuição de valores e na construção das representações sociais. As hegemonias não se constroem apenas racionalmente mas, como afirma Muniz Sodré, “também com dissimulações, simulações, recursos mágicos e afetos nada racionais” e, nesse sentido, “todo fenômeno social de longo alcance gera linguagem própria ou, pelo menos, uma prática discursiva pela qual se montam e se difundem as significações necessárias à aceitação generalizada do fenômeno” uma vez que “a linguagem não apenas reflete, mas cria a realidade”.⁴

É por essas razões que especial atenção deve ser dedicada aos processos comunicativos e às possibilidades que as concepções que se têm do comunicador e de suas tarefas oferecem para a construção e sedimentação de significados sociais identificados com os objetivos das instituições.

Martin-Barbero⁵ ao relacionar os processos comunicativos à construção cultural indica a capacidade que deveria possuir de mobilizar e de ativar a “competência cultural das comunidades”. Para isso, o comunicador deveria deixar de

“figurar como intermediário – aquele que se instala na divisão social e, em vez de trabalhar para abolir barreiras que reforçam a exclusão, defende o seu ofício: uma combinação na qual os emissores-criadores continuam sendo uma pequena elite e as majorias continuam

⁴ Muniz Sodré. O globalismo como neobarbárie. p.22 e seguintes.

⁵ Martin-Barbero. Globalização comunicacional e transformação cultural, p.69.

sendo meros receptores e espectadores resignados – para assumir o papel de *mediador*: aquele que torna explícita a relação ente diferença cultural e desigualdade social, entre diferença e ocasião de domínio e a partir daí trabalha para fazer possível uma comunicação que diminua o espaço das exclusões ao aumentar mais o número de emissores e criadores do que o dos meros consumidores.”

A necessária reconfiguração do trabalho do comunicador coloca-o no centro mesmo dos processos de ativação da capacidade de se expressar, e assim de elaborar sua própria narrativa, como quer Barbero, pois é por meio dessa prática que se constroem as identidades individuais e coletivas, necessárias para a identificação de um *eu*, de um *nós*, capaz de interpelar e de interagir com os *outros*.

O desenvolvimento de uma subjetividade que se afirme na elaboração de um *eu* e de um *nós*, capaz de se posicionar ante um outro, não implica necessariamente a idéia de antagonismo, mas de diferença.

Nesse caso, o comunicador pode (e deve) atuar também como o mediador entre as diversas experiências de maneira que as diferentes lutas, seus significados e sua linguagem sejam mutuamente inteligíveis e compreensíveis. Sousa Santos dá o nome de tradução a este trabalho. É assim que se poderá vislumbrar a possibilidade de interiorização das diversas transformações setoriais de modo a permitir, por exemplo, que a “questão da libertação da mulher, desenvolvida pelos movimentos feministas, tenha tradução adequada não só nas comunidades vinculadas ao espaço doméstico, como também nas comunidades vinculadas ao espaço da produção, ao espaço do mercado, da cidadania, da comunidade mundial”⁶

É, portanto, da perspectiva da possibilidade de um trabalho transformador que se pretende avaliar as maneiras como as instituições pesquisadas abordam a questão comunicacional com o fim de colaborar para a compreensão e a identificação daquelas consideradas mais apropriadas para encarar os desafios que organizações progressistas, para dizer o mínimo, têm pela frente.

II. Gênero, meio ambiente e crianças

Foram três as organizações objeto de estudo: organização não governamental Transas do Corpo, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e a Fundação Pró Cerrado.

⁶ Idem p.111

Transas - O grupo Transas do Corpo é uma organização não governamental e sem fins lucrativos que atua na área da saúde, gênero e sexualidade, com práticas relacionadas ao feminismo. Surgiu em 1987 a partir da idealização de um grupo de mulheres identificadas com as causas feministas e tem como missão “construir uma sociedade plural, justa e solidária, através de ações educativas em gênero, saúde e sexualidade, apoiadas no feminismo”⁷. As ações especificadas acontecem por meio da articulação entre as seguintes áreas de atuação: “formação (cursos, seminários, oficinas, palestras etc.); articulação política (inserção em redes de contatos); pesquisas e publicações (*folders*, jornais, materiais de cursos, informativos etc.);e desenvolvimento institucional (projetos apresentados e aprovados, financiadores, parcerias)”. O grupo define como seu público os profissionais de saúde e de educação, ong’s, alunos de escolas públicas, privadas e universitários, instituições da sociedade civil, privada e governamental.

A avaliação da comunicação do grupo centrou-se nas áreas de formação (principal meio de aproximação do grupo com seus públicos) e de pesquisas e publicações.

A idéia de trabalhar com *formação* fundamenta-se na possibilidade de capacitar de novos educadores para o trabalho com mulheres, adolescentes e jovens, isto é com formadores de opinião. Os temas abordados nos cursos e seminários possuem um caráter eminentemente didático⁸. O material informativo e de divulgação segue a mesma diretiva.

Os maiores problemas encontrados dizem respeito à própria definição dos públicos e à falta de avaliação dos resultados obtidos. A amplitude e a diferenciação dos vários segmentos de público exigem a utilização de linguagens e métodos mais adequados a cada um deles; a idéia de se trabalhar com formadores de opinião implica, necessariamente, o acompanhamento sobre a efetividade do pretendido efeito multiplicador. Essas ações, assim como uma assessoria específica em comunicação, estão ausentes do Grupo.

Mesmo preocupadas com a profissionalização das atividades do Grupo, as dirigentes crêem que os processos comunicativos se limitam à divulgação e informação meio aleatórias das atividades que, de seu ponto de vista, são importantes para o esclarecimento sobre questões de gênero.

⁷ Estatuto do grupo Transas do Corpo.

⁸ Exemplo de cursos: “Capacitando lideranças femininas para o enfrentamento das DST/AIDS”, “Gênero e sexualidade em contextos de violência”, “Teorias e práticas educativas em gênero, sexualidade e estratégias de prevenção à AIDS”.



Fundação Pró-Cerrado – esta Fundação, sem fins lucrativos, foi fundada, em 1994, para “lutar, no centro do Brasil, pela preservação de uma dos ecossistemas mais ameaçados do planeta”⁹. Seus objetivos estão todos relacionados à preservação e desenvolvimento do cerrado, numa abordagem que considera a pobreza como um fator de destruição ambiental. Para romper esse ciclo, foi criado o programa Jovem Cidadão, “programa que une a defesa do meio ambiente à geração de renda para o adolescente de famílias de ‘risco social’”.¹⁰ Este programa também chamado de Menor Aprendiz é o de maior visibilidade da FPC e visa incluir no mercado de trabalho jovens entre 14 e 18 anos. O programa prevê a permanência do jovem na escola ao mesmo tempo em que se insere no mercado formal de trabalho. Para isso são oferecidos cursos de capacitação com duração de 1.584 horas, divididos em dois núcleos: um núcleo teórico, oferecido na FPC e um núcleo prático, de 1168 horas, realizado nas empresas parceiras em que o aluno vai aprender as práticas profissionais.¹¹

A comunicação do FPC é dirigida basicamente aos parceiros, empresas, instituições e órgãos governamentais que trabalham com crianças e adolescentes. A participação dos jovens se dá por meio dos cursos e de atividades de lazer. A relação da FPC com os jovens é basicamente pedagógica e eles são vistos como receptores de informações. Sua participação está limitada às salas de aula e à produção de um encarte (macarrão) do jornal publicado pela Fundação.

Em termos organizacionais a FPC é extremamente bem organizada, possui assessoria em comunicação e elegeu, como público prioritário, empresas, governo e instituições financiadoras. Entretanto não há nenhuma forma de avaliar como e se os alunos incorporaram em sua maneira de pensar e de agir, compromissos éticos, sociais e sobretudo uma consciência ambientalista. Questionada sobre os procedimentos de avaliação, a Assessora de Comunicação informou que as avaliações quinzenais são realizadas apenas com o quadro de técnicos e dirigentes da FPC.

⁹ www.fpc.org.br

¹⁰ Idem

¹¹ Alguns exemplos de disciplinas que fazem parte no núcleo teórico: Português (36h), Matemática (30h), Informática Básica (60h), Educação ambiental (4h), Ética e cidadania (4h), Empreendedorismo (4h), Etiqueta e apresentação social (4h) e Educação para saúde (8h) e outras.



Crianças - Criado em 1985, O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua se define como uma “organização popular não-governamental, composta basicamente de voluntários, que busca, através da participação das próprias crianças e adolescentes, a conquista e a defesa de seus direitos de cidadania”¹². Suas ações destinam-se à defesa dos direitos da criança por meio da proposição de leis, da participação na formulação de políticas públicas e no combate às várias formas de violência contra crianças e adolescentes e por meio da organização de espaços que favoreçam a reflexão e a busca de soluções para seus problemas.

Em termos operacionais o Movimento trabalha com grupos de crianças assistidas por, no mínimo, um educador-acompanhante reunidos em Núcleos de Base, cujas atividades são decididas autonomamente pelo próprio grupo. Para qualificar seu pessoal possui o Centro de Formação e Apoio ao Educador e a Agentes Sociais que visa propiciar o acesso aos conhecimentos necessários para formular propostas pedagógicas e políticas públicas do interesse dos segmentos atendidos. O Centro pretende que sua atuação seja capaz de “desafiar as práticas convencionais e ser produtor, e não mero reproduzidor, de conhecimentos”¹³.

Atualmente o Movimento encontra-se bastante desarticulado em Goiás, e quase não tem publicado material informativo ou de divulgação. A desarticulação deve-se, em parte, à sua própria forma de atuação, baseada no voluntariado. Os voluntários, que a organização prefere chamar de militantes, em vista do necessário engajamento ideológico, não estão tendo a constância desejável e a rotatividade dificulta a seqüência das ações. Por outro lado, mo Movimento não trabalha prioritariamente como “projetos” específicos, ele pressupõe uma atuação contínua ao longo do tempo e isso acaba por dificultar o acesso a fontes de financiamentos. Entretanto, é esta a organização a que demonstrou maior preocupação com a participação da própria clientela na constituição de sujeitos e de cidadãos. No Informativo mais recente, o Pé de Moleque, de abril de 2003, é perceptível a participação de crianças e adolescentes em sua produção e a utilização de linguagem acessível e informal favorece a leitura e compreensão dos textos. Ainda que não haja especialistas em comunicação no Movimento, pelo menos não enquanto tais, a idéia é que está presente uma horizontalidade muito grande entre na comunicação entre seus participantes.

¹² Impresso MNMMR: atuação propostas e conquistas.

¹³ Idem



III. Primeiras conclusões

É certo que a investigação em três entidades do terceiro setor é insuficiente para qualquer generalização, mas pode-se perceber, por meio desse três casos, escolhidos em função da visibilidade e do reconhecimento social que obtêm, que existe aí uma enorme diversidade.

Ainda que os objetivos explícitos dessas instituições sejam sempre de alguma forma relacionados à mudança de padrões comportamentais, de idéias e à incorporação de outros valores, as formas como propõem intervir na realidade são bastantes diferenciadas. Essas diferenças são determinantes para a efetiva obtenção de resultados, especificamente quando esses resultados devem ser observados no campo das mudanças culturais. Em todos os casos os processos de avaliação não se colocam como essenciais para o acompanhamento da real incorporação dos idéias defendidas.

Em termos do papel dos processos comunicativos nessas organizações, entende-se que a profissionalização, buscada principalmente pelo Grupo Transas e pela FPC, não acontece no sentido de percebe-la como um elemento fundamental para a ativação das possibilidades de desenvolvimento pessoal dos públicos. É vista, principalmente, como um meio de divulgação e de informação, de contato com os públicos preferenciais, com o comunicador desempenhando, efetivamente, o papel de “emissor”.

Ora, quando se pretende contribuir para o fomento de novos valores culturais, nova subjetividade, a atenção para a comunicação deve estender-se para além da divulgação/informação. Essa atividade precisa ser realizada, mas é insuficiente.

Ao pretender que os processos comunicativos situem-se muito além da presença do comunicador como intermediário entre um saber consolidado e um aprendido capaz de, em alguma medida, reproduzir as alternativas aprendidas, a ampliação desse papel vai exigir que se transforme em “ativador” de ações capazes de funcionar como reflexão e intervenção para transformação do mundo. Ativar tudo o que puder ser relacionado com o desenvolvimento das potencialidades humanas.

Entretanto, a análise efetuada trouxe outras questões à tona. Em primeiro lugar, a concepção que se tem dos processos comunicativos é, no mínimo conservadora e, muito provavelmente essa concepção é compartilhada pelos próprios comunicadores. E a



profissionalização pretendida ainda não alcançou a dimensão e o refinamento necessários para atingir as necessárias transformações culturais.

Por fim, resta ainda a questão de saber se um grupo minoritário, ou oprimido pode se transformar em uma força contra-hegemônica. A princípio a resposta é negativa. Mesmo quando a intenção de contestar a hierarquia social, econômica e cultural se manifesta, as organizações muitas vezes, por miopia ou por dissimulação reproduzem a lógica do sistema, do mercado, do capital, que tentam “enquadrar” o mundo segundo a visão hegemônica.

Por um lado, essa atuação convencional pode ser consequência direta das relações que têm de manter com os agentes financiadores, muitos deles organismos identificados com a ordem global hegemônica como, por exemplo, o Banco Mundial.

Por outro, ainda que os compromissos estabelecidos e as intenções explicitadas nos documentos formais sejam compatíveis com a rearticulação da sociedade civil em torno de transformações necessárias para se obter mais democracia, mais cidadania, mais inclusão, mais respeito pelas diferenças e menos complacência com as desigualdades, a distância entre “intenção e gesto”, ainda é enorme. Resta saber se por convivência ou por desconhecimento dos mecanismos sutis de reprodução da ordem.



Bibliografia

GOHN, MARIA DA GLÓRIA. *Teoria dos movimentos sociais*. S. Paulo: Loyola, 1997

MARTIN-BARBERO, JESÚS. *Globalização comunicacional e transformação cultural*. In: DENIS DE MORAES (org.) *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MUNIZ SODRÉ. *O globalismo como neobarbárie*. In Denis de Moraes (org.). op.cit.

SOUSA SANTOS, BOAVENTURA DE. *A globalização das ciências sociais*. S. Paulo: Cortez, 2002.

_____ *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. S. Paulo: Cortez, 2000.

_____ *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Impressos

Grupo Transas do Corpo – *Estatuto*

Grupo Transas do Corpo – folders, informativos e o jornal *Fazendo Gênero*, várias edições.

Fundação Pro-cerrado – *Estatuto*

Fundação pró-cerrado – *folders, informativos*.

www.fpc.org.br

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – *Atuação, propostas e conquistas, folheto*, 1995.

MNMMR – jornal *Pé de Moleque*, edição de 23 de março de 2003